



Governo do Estado do Maranhão
Assembleia Legislativa
Consultor Legislativo Especial
Concurso Público 2013

Prova Escrita Discursiva – Nível Superior

Direito Constitucional

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - um caderno de textos definitivos destinado à transcrição da resposta da Questão Discursiva, do Resumo e do Parecer;
 - esse caderno de prova contendo uma **Questão Discursiva**, um **Resumo** e um **Parecer**.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões são identificadas pela informação situada acima do seu enunciado.
- Ao receber o caderno de textos definitivos da prova escrita discursiva, você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento do caderno de textos definitivos;
 - assinar seu nome, apenas no espaço reservado do caderno de textos definitivos, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
Obs.: As folhas do caderno de textos definitivos não podem ser identificadas pelo candidato sob o risco de ter sua prova anulada e de ser eliminado do concurso.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento do caderno de textos definitivos da prova escrita discursiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca de caderno de textos definitivos por erro do candidato.**
- O tempo disponível para dessa realização na prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a transcrição dos textos definitivos.
- Reserve tempo suficiente para a transcrição de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as transcrições realizadas no caderno de textos definitivos da prova escrita discursiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue o caderno de textos definitivos ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar o caderno ou uma de suas folhas, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- O resultado preliminar da prova escrita discursiva e os espelhos de correção e os padrões de resposta serão divulgados no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/alema13>.

Questão Discursiva

O Governador do Estado do Maranhão recebe, para sanção, projeto de lei de iniciativa de Deputado estadual que logrou aprovação unânime no plenário da Assembleia Legislativa estadual, regulando os pagamentos de todos os poderes do Estado, criando uma central de pagamentos, com o objetivo de estabelecer um melhor equilíbrio entre receitas e despesas públicas.

Executivo, Legislativo, Ministério Público e Judiciário foram comunicados previamente do projeto, não apresentando manifestação.

Sob os aspectos constitucionais estaduais e federais, analise a situação hipotética descrita.

Atenção!

A folha a seguir deve ser usada como rascunho.

Transcreva seu texto no local apropriado do caderno de texto definitivo, pois não será avaliado o texto escrito em local indevido.

Seu texto deve ter no mínimo **45 (quarenta e cinco)** e no máximo, **60 (sessenta)** linhas.

Nas folhas do caderno de textos definitivos não se identifique, pois isso pode anular sua prova.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Resumo

Faça um resumo do texto a seguir.

Os Juizados Especiais e as relações de consumo

Ter rapidez para julgar causas e processos é a competência que os Juizados Especiais Cíveis e Criminais têm para promover o direito e dar voz ao cidadão. Dessa forma, os Juizados Especiais do Tribunal de Justiça de Pernambuco (JE's/ TJPE) vêm se destacando na busca de soluções dos conflitos, tendo com pauta a ética e o respeito à cidadania. É bom deixar claro que não existe em Pernambuco um Juizado do Consumidor, mas a função do mesmo é englobada pelos JE's.

Na prática, os Juizados Especiais existem desde 1984, pela Lei n. 7.244, mas anteriormente eram denominados Juizados Especiais de Pequenas Causas, instituídos na Justiça pernambucana pela Lei Estadual n. 10.826, de 1989. A mudança na nomenclatura deve-se ao entendimento de que o conceito "Pequenas Causas" não exprime com clareza o que se busca definir, pois apesar de julgarem ações judiciais de menor valor econômico, os JE's não as consideram, por isso, de importância inferior.

A coordenadora dos JE's de Pernambuco, juíza Fernanda de Paula, relata que as maiores ocorrências dos Juizados no estado envolvem relações de consumo, como por exemplo, queixas contra empresas de telefonia, energia elétrica e instituições bancárias. De acordo com a magistrada, o Direito do Consumidor é cumprido quando o juiz reconhece uma falha na prestação de um serviço e, assim, dá uma sentença favorável ao consumidor.

O Código de Defesa do Consumidor surgiu em 1990, sendo instituído por meio da Lei n. 8078/90. Foi criado para regulamentar as relações de consumo, entendidas como sendo um vínculo estabelecido entre fornecedor e consumidor. O referido Código, que fará aniversário em setembro, buscou inspiração no Direito Civil, Comercial, Penal, Processual, Financeiro e Administrativo, para de uma forma coerente atingir seus objetivos sem ofender os demais princípios e regras existentes.

Válido é salientar que, através da Lei Complementar n. 163 – de 17 de dezembro de 2010, a Justiça pernambucana ampliou a competência dos quatro Juizados do Consumo de Capital. Estes passaram a julgar matérias diversas, como acidente de trânsito, contratos de natureza cível e cobranças de dívidas. Valendo dizer, em outras palavras, que o jurisdicionado poderá escolher e ajuizar a sua ação em qualquer Juizado próximo de sua residência.

Missão – Os Juizados Especiais Cíveis não exigem as mesmas formalidades da Justiça Comum. As unidades recebem queixas com indenizações de até 40 salários mínimos. Se a indenização pedida for de até 20 salários mínimos, o consumidor pode entrar com uma reclamação sem a presença de um advogado Seus serviços são gratuitos e isentos de pagamentos, entendendo-se a Justiça como um serviço público essencial. Seus procedimentos são céleres, pois primam pela objetividade. Hoje, 25 Juizados Cíveis atuam fixamente na capital pernambucana, além dos Juizados que estão presentes na Região Metropolitana do Recife e no interior do estado.

Atenção!

A folha a seguir deve ser usada como rascunho.

Transcreva seu texto no local apropriado do caderno de texto definitivo, pois não será avaliado o texto escrito em local indevido.

Seu resumo deve ter, no máximo, até **30 (trinta)** linhas.

Nas folhas do caderno de textos definitivos não se identifique, pois isso pode anular sua prova.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Parecer

João da Silva, Consultor Legislativo da Assembleia Legislativa do Maranhão, recebe, para formular parecer, projeto de lei de iniciativa parlamentar, regulando, no âmbito do Estado, o regime de licitações, contratos e administração dos bens públicos estaduais. Já existe lei federal regulando o tema.

Observadas as normas constitucionais estaduais e federais em vigor, elabore parecer sobre o tema, abordando:

- a) **legitimidade da iniciativa;**
- b) **características da normativa federal e estadual sobre o tema;**
- c) **limites da atuação federal e estadual;**
- d) **vícios que possam macular o projeto.**

Atenção!

A folha a seguir deve ser usada como rascunho.

Transcreva seu texto no local apropriado do caderno de texto definitivo, pois não será avaliado o texto escrito em local indevido.

Seu texto deve ter no mínimo **70 (setenta)** e no máximo, **90 (noventa)** linhas.

Nas folhas do caderno de textos definitivos não se identifique, pois isso pode anular sua prova.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

Realização

